

Cidade criativa à brasileira: potencial para o desenvolvimento sustentável

Brazilian approach to the creative city: potential for socially sustainable development

Andréa Virgínia Freire Costa^I , José Clewton do Nascimento^{II} 

RESUMO

Desde o final do século XX, a utilização dos recursos culturais da cidade vem sendo ampliada e expressa em vários discursos, destacando-se, entre eles, a ideia de cidade criativa, que foca no fortalecimento das indústrias criativas como estratégia para o desenvolvimento sustentável. O objetivo deste artigo foi analisar a apropriação do termo “cidade criativa” no Brasil, quanto ao seu potencial para construir um modelo de cidade socialmente mais sustentável, que incorpore os sujeitos e os grupos criativos. Para isso, fez-se revisão bibliográfica sobre o conceito de cidade criativa e verificaram-se as propostas de implementação indicadas pelas cidades brasileiras nordestinas integrantes da Rede de Cidades Criativas da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). Os resultados apontam que essas cidades apresentam uma versão bastante recortada do conceito; entretanto, apontam estratégias para a implementação de cidade criativa que consideram os grupos sociais do setor criativo e visam à promoção do desenvolvimento social, o que pode contribuir para delinear um conceito de cidade criativa mais inclusivo.

Palavras-chave: Cidade criativa. Rede de Cidades Criativas da Unesco. Movimentos sociais. Desenvolvimento sustentável. Brasil.

ABSTRACT

Since the end of the 20th century, the use of the city's cultural resources has been expanding and expressed in various discourses. Among which, the idea of a creative city stands out, that focuses on the strengthening and development of creative industries as a strategy for urban development. The objective of this article is to analyze the appropriation of the term creative city in Brazil, regarding its potential to design a more socially sustainable city model that incorporates creative individuals and groups. To achieve this, a bibliographic review of the creative city concept was conducted and the proposals for the implementation suggested by the northeastern Brazilian cities that are members of the UNESCO Creative Cities Network were examined. The results indicate that these cities present a greatly reduced version of the concept; however, the proposed strategies for the implementation of a creative city consider social groups within the creative sector and aim to promote social development, which can contribute to outlining a more inclusive concept of a creative city.

Keywords: Creative cities. Unesco Creative Cities Network. Social movements. Sustainable development. Brazil.

^IUniversidade Federal do Rio Grande do Norte/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Natal (RN), Brasil. E-mail: avfcosta@gmail.com

^{II}Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal (RN), Brasil. E-mail: jotaclewton@gmail.com

Recebido em: 24/07/2024. Aceito em: 02/10/2024

INTRODUÇÃO

No final do século XX, observaram-se a reestruturação econômica decorrente da desindustrialização dos países, o declínio urbano de grandes partes da cidade, a austeridade fiscal e a ascensão de governos neoliberais (Harvey, 1996; Vivant, 2012; Grodach, 2017). Paralelamente e relacionado a isso, a crise do planejamento urbano de matriz modernista (Maricato, 2015) se intensificou e, como consequência, a cultura passou a ser usada como meio para promoção do desenvolvimento urbano (Arantes, 2002; Yúdice, 2004; Grodach, 2017; Couto, 2023), o que pode ser chamado “empresariamento urbano” (Harvey, 2014).

Desde então, a utilização dos recursos culturais da cidade vem sendo ampliada e expressa em vários discursos, mostrando-se como uma influência de longa duração para as políticas urbanas e culturais (Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022). Entre esses discursos, destaca-se recentemente a ideia de cidade criativa (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022), que tem como um dos seus eixos o fortalecimento e o desenvolvimento das indústrias criativas, como estratégia para a cidade se reinventar dos pontos de vista urbano e econômico (Segovia; Hervé, 2022). O surgimento desse termo situa-se em um contexto de mudança econômica, em que a criatividade se configura como um recurso importante (Vivant, 2012), com a ascensão das atividades criativas, que compõem o campo da economia criativa (Unctad, 2012).

O termo “cidade criativa”, apesar de inicialmente ter sido recebido com severas críticas no meio acadêmico (Peck, 2005; Scott, 2006; Grodach, 2017), foi sendo incorporado por políticos e planejadores urbanos em todo o mundo e encontra-se em ampla circulação (Duxbury *et al.*, 2012; Vivant, 2012; Pratt, 2017), tendo sido construído de forma empírica e conceitual, a partir de aplicações realizadas em diferentes contextos (Duxbury *et al.*, 2012; Segovia; Hervé, 2022).

Mas o que seria uma cidade criativa? Diversos autores são unânimes em apontar a imprecisão do termo (Peck, 2005; Scott, 2006; O’Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1); ou as diversas acepções e formas de aplicação desse conceito (Reis; Urani, 2011; Vivant, 2012; Segovia; Hervé, 2022). Por vezes, está ligado à atração da classe criativa e ao fomento da economia criativa (Florida, 2011; Landry, 2012a); em outras, ao que uma boa cidade deveria ser, relativo à diversidade e à urbanidade (Landry; Bianchini, 1995; O’Connor; Shaw, 2014); há ainda a perspectiva que parte do potencial transformador dos artistas para a vida cultural urbana (Miles, 2012; Grodach, 2017); e, por fim, a referência ao uso da criatividade para desenvolvimento social e econômico sustentável (Vivant, 2012; Unesco, 2020; Segovia; Hervé, 2022).

Tendo isso em vista, considerou-se como objetivo geral deste trabalho analisar a incorporação do termo “cidade criativa” no contexto brasileiro, enquanto potencial de contribuição para construir um modelo de cidade socialmente mais sustentável, que incorpore os sujeitos e os grupos criativos. Para isso, inicialmente descreve-se o surgimento do termo, sua difusão e busca de operacionalização, bem como o quadro atual e as possibilidades advindas desse conceito. Em seguida, apresenta-se

o percurso do conceito de cidade criativa no Brasil, abordando os conflitos relativos ao termo, bem como se analisam as proposições feitas por seis cidades criativas, localizadas no Nordeste brasileiro¹. Por fim, expõem-se as considerações finais a partir da pesquisa realizada.

CIDADE CRIATIVA: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

Breve histórico sobre as cidades criativas

O termo “economia criativa” foi usado pela primeira vez em 2001, nas obras dos economistas John Howkins e David Throsby (Reis, 2006). A partir dessa década, observou-se a consolidação e a popularização do termo “economia criativa”, principalmente pela sua adoção por agências internacionais como Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) e Unctad (United Nations Conference on Trade and Development) (Miguez, 2007).

No Brasil, o Ministério da Cultura (Minc) buscou solidificar um entendimento nacional no Plano da Secretaria de Economia Criativa (2011), ao trazer que: “Os setores criativos são todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica” (Brasil, 2011, p. 22).

A compreensão sobre economia criativa, além de revelar o lugar que a cultura passou a ocupar no mundo contemporâneo, ajuda a compreender o quanto ela passou a ditar políticas públicas. Como coloca Yúdice, “a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica” (2004, p. 25), ou mais especificamente, “enquanto recurso para se atingir um fim” (2004, p. 52). Desse modo, observa-se o uso da cultura como “cura para todos os males”: melhorar as condições sociais, estimular o crescimento econômico, criar empregos e promover o desenvolvimento urbano sustentável.

Essa centralidade da cultura e a ascensão da criatividade como um recurso a ser incorporado nas mais diversas áreas, ao serem relacionadas ao planejamento urbano, irá embasar novas proposições sobre as intervenções no espaço urbano (Arantes, 2000; Fernandes, 2006; Seldin, 2016). Logo, junto às primeiras proposições acerca do termo “indústrias criativas” na Austrália e no Reino Unido nos anos 1990, irá surgir a ideia de cidade criativa. Assim, foi se estabelecendo uma íntima relação entre economia, cidade e cultura nos âmbitos acadêmico e empírico.

Os primeiros registros do termo “cidade criativa” aconteceram em dois eventos realizados em 1988, um no Reino Unido e outro na Austrália (Matovic; Del Valle, 2020/1). O termo “cidade criativa” apareceu também no estudo desenvolvido pelo urbanista inglês Charles Landry para Glasgow (1991), que tinha como objetivo

¹ Este artigo é parte da tese em andamento sobre o planejamento urbano embasado no conceito de cidade criativa, em cidades brasileiras integrantes da Rede de Cidades Criativas da Unesco, localizadas no Nordeste do Brasil (Salvador/BA, João Pessoa/PB, Fortaleza/CE, Recife/PE, Campina Grande/PB e Penedo/AL).

fomentar a economia considerando os aspectos culturais. Essa mesma ideia foi retomada pelo autor, em parceria com Franco Bianchini no livro *The creative city* (1995). Em 2002, o economista norte-americano Richard Florida lançou *The rise of the creative class*, em que trouxe a ideia de que a promoção do desenvolvimento econômico ocorre quando as cidades atraem a classe criativa (Florida, 2011). As ideias de Landry e Florida foram difundidas e postas em prática em palestras e consultoria em cidades feitas pelos autores, sendo construído nas perspectivas teórica e prática (Peck, 2005; Vivant, 2012; Matovic; Del Valle, 2020/1).

Contudo, esse primeiro momento foi também acompanhado por críticas, que apontavam gentrificação; competitividade econômica; instrumentalização da cultura e da arte; visão elitista sobre a classe criativa; negligência quanto à desigualdade e à pobreza; exclusão de culturas minoritárias; incoerências teóricas do conceito; e o uso do termo “cidade criativa” como *marketing* (Peck, 2005; Scott, 2006; Duxbury *et al.*, 2012; Vivant, 2012; Grodach, 2017; Pratt, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1).

A busca da operacionalização do conceito marca o segundo momento da cidade criativa. Um ponto fundamental foi a adoção do termo pela Unesco a partir de 2004, quando criou a Rede de Cidades Criativas (RCCU), composta atualmente de 350 cidades, que se candidataram nas áreas de artesanato e arte folclórica, design, cinema, gastronomia, literatura, artes midiáticas e música (Unesco, 2023). Define cidades criativas como “[...] aquelas que reconhecem a criatividade como estratégia de desenvolvimento sustentável [...] e colocam a criatividade e as indústrias culturais no centro dos seus planos de desenvolvimento no nível local e cooperam ativamente no nível internacional” (Unesco, 2020, p. 2).

Essa instituição desempenhou um papel central na propagação do modelo turístico-cultural de renovação pela Europa e por outros continentes, apresentando uma agenda que propõe a aliança entre cultura e desenvolvimento (Couto, 2023). Dessa forma: “a proposta de política da cidade criativa conseguiu se conectar com a perspectiva de desenvolvimento sustentável e, a partir disso, transitou em direção às agendas urbanas e culturais internacionais” (Segovia; Hervé, 2022, p. 8, tradução nossa). O conceito também foi adotado por outras agências internacionais, como a Unctad e o World Bank Group (Yúdice, 2004; Reis; Urani, 2011; Couto, 2023).

Neste artigo, mesmo considerando o debate sobre o termo “desenvolvimento sustentável” (Ratiu, 2013; Segovia; Hervé, 2022), adota-se a perspectiva da Unesco, que o entende como um crescimento que ocorre nas dimensões espacial, econômica e social; promove inclusão social e redução da pobreza; preocupa-se com a preservação do meio ambiente; busca criar um ambiente urbano vibrante e que proporciona bem-estar (Unesco; World Bank, 2021).

Com relação às contribuições ao conceito de cidade criativa, cumpre destacar a vasta produção de Landry (Landry, 2000; Landry; Hyams, 2012; Landry, 2012b) e diversas pesquisas baseadas em estudos empíricos (Evans *et al.*, 2006; Hartley *et al.*, 2012; Unesco; World Bank, 2021; Montalto *et al.*, 2023), que buscaram operacionalizar o conceito, indicando estratégias para sua aplicação e apontando índices para sua mensuração e avaliação da criatividade urbana.

Cidade criativa: um termo em disputa

A análise do termo “cidade criativa” em uma perspectiva cronológica permite afirmar que ele foi sendo paulatinamente incorporado por gestores urbanos e agências governamentais, notadamente na Europa Ocidental e na América do Norte (Miles, 2012; Pratt, 2017; Montalto *et al.*, 2023), suscitando um intenso debate acadêmico (Miles, 2012; Pratt, 2017; Montalto *et al.*, 2023), inclusive com a criação do campo de estudos da economia cultural e criativa, passando a ser pesquisado em universidades e centros de pesquisa, que instituíram programas de graduação e pós-graduação (Pratt, 2017).

Assim, verifica-se que o conceito está em circulação há mais de duas décadas e que: “Distante de uma moda passageira, o conceito de cidade criativa foi retomado por diversos tipos de cidades, apesar da crítica acadêmica aparentemente fatal, uma política com metas vagas e resultados políticos questionáveis” (Grodach, 2017, p. 82, tradução nossa).

Contudo, a partir das críticas feitas, ao longo do tempo os aspectos negativos relacionados à cidade criativa foram ficando cada vez mais evidentes e a necessidade de “estratégias mais multidimensionais, mais nuançadas, mais participativas, que sejam sensíveis às culturas e às diferenças locais e que prestem maior atenção à redistribuição de proveitos, são exigências em crescendo” (Duxbury *et al.*, 2012, p. 6). Diversos autores apontam que o conceito de cidade criativa está em evolução e que traz em si a possibilidade de outra abordagem sobre a arte e a cultura na cidade (Grodach, 2017; Vivant, 2012) ou mesmo a falar em uma cidade pós-criativa, na qual as produções artística e do cotidiano estabeleçam outras bases de existência urbana (Miles, 2012).

Assim, após mais de duas décadas de circulação, é possível verificar que a imprecisão do termo foi se transformando (e sendo transformada) em diferentes visões da cidade criativa, estando o termo ainda em disputa (O’Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022). Desse modo, “nos últimos anos houve uma mudança silenciosa no discurso da cidade criativa” (Grodach, 2017, p. 86, tradução nossa). A partir dos anos 2010, as críticas que apontavam os efeitos negativos da implementação da cidade criativa passaram a receber mais atenção (Matovic; Del Valle, 2020/1; Duxbury *et al.*, 2012) e a estratégia de aplicar o mesmo modelo, com foco no mercado internacional e nos fluxos globais, passou a não ser mais vista como única abordagem possível (Duxbury *et al.*, 2012).

Mais recentemente, observa-se a tentativa de reposicionamento da cidade criativa (O’Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022), pois o termo “funciona, em grande parte, como um significante vazio que depende de quem atribui significado a ele. Sendo assim, o uso positivo de seu potencial político é uma questão em disputa” (Segovia; Hervé, 2022, p. 11, tradução nossa).

A partir da literatura sobre o tema, entende-se que o foco inicial da cidade criativa ainda se encontra presente, porém o termo continua em evolução e atualmente está sendo colocado em uma perspectiva mais ampla, abrangendo aspectos anteriormente não contemplados, explorando formas alternativas de desenvolvimento

da política cultural urbana (Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022). Dessa forma, pode-se indicar alguns pontos de disputa do termo, que tem o potencial de conduzir a cidade criativa para caminhos distintos do que vem seguindo até o momento, mais alinhados à promoção do desenvolvimento sustentável. São eles:

- Necessidade de delinear estratégias abertas à participação e valorizando a diversidade cultural local, beneficiando aqueles economicamente desfavorecidos (Duxbury *et al.*, 2012);
- Desenvolvimento de estudos que abordam aspectos relacionados aos impactos negativos da cidade criativa (Duxbury *et al.*, 2012; Matovic; Del Valle, 2020/1);
- Surgimento do movimento *maker*, ligado à fabricação de produtos culturais em pequena escala e ao *creative placemaking* (intervenções urbanas pontuais feitas pela comunidade) (O'Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Segovia; Hervé, 2022);
- Visão mais ampla da cultura, para além de sua instrumentalização, considerando os atores envolvidos e sua forma de existência na cidade (O'Connor; Shaw, 2014; Segovia; Hervé, 2022);
- Busca de nova forma de governança (Duxbury *et al.*, 2012), combinando ações pontuais de curto prazo com outras de longo prazo (Segovia; Hervé, 2022);
- Fortalecimento da premissa do direito à cidade: seja relacionado à criatividade urbana (Segovia; Hervé, 2022); seja focado na comunidade e na inclusão (O'Connor; Shaw, 2014);
- Alinhamento do discurso de cidade criativa ao conceito de desenvolvimento sustentável (Segovia; Hervé, 2022).

Esses pontos de disputa do termo possibilitam o surgimento de novas perspectivas, mais abrangentes e multidimensionais (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1), que possibilitam voltar às raízes da cidade criativa (quanto ao aspecto da diversidade urbana), sem esquecer as estratégias operacionais construídas para tornar uma cidade criativa, assimilando as críticas feitas.

Em resumo, a literatura sobre o tema aponta que para responder às críticas feitas e se reposicionar, o conceito de cidade criativa deve: abarcar todo o espaço urbano, sem negligenciar aspectos como desigualdade social e econômica; alinhar-se aos princípios da sustentabilidade; respeitar os aspectos culturais locais, valorizando os indivíduos e os grupos efetivamente criativos (artistas, grupos artísticos e produtores culturais locais); estabelecer uma nova forma de governança, aberta à participação comunitária; considerar os aspectos inerentes à criatividade; em suma, garantir o direito à cidade (Duxbury *et al.*, 2012; O'Connor; Shaw, 2014; Grodach, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1; Segovia; Hervé, 2022). A partir desse cenário, surge um questionamento: qual seria, então, o futuro da cidade criativa?

Caminhos possíveis para a cidade criativa

Inicialmente, quando formulado pelos seus precursores (Florida [2002]; 2011; Landry; Bianchini, 1995), o conceito estava intimamente ligado à estratégia de tornar

uma cidade atrativa para a classe criativa, por meio da criação de um espaço urbano atrativo e diverso. A aplicação dessa ideia ao redor do mundo esteve, na maior parte das vezes, alinhada ao pensamento de desenvolvimento urbano neoliberal, em vez de políticas voltadas ao apoio de atividades criativas e artísticas (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017). Por outro lado, a apropriação do termo por agências internacionais remodelou o conceito para uma definição mais objetiva e alinhada ao desenvolvimento sustentável, possibilitando sua disseminação pelo mundo (Couto, 2023; Unesco, 2020).

Nesse sentido, Vivant (2012) ressalta a contribuição do conceito de cidade criativa para pensar sobre o espaço urbano, ao ressaltar o papel da cidade enquanto espaço da diversidade e do contraditório. Já Miles aponta para a emergência de “[...] uma nova aliança entre a produção artística e as culturas do cotidiano”, que pode ser “um ponto de partida para a cidade pós-criativa. [...] Existe, portanto, uma alternativa ao atual estado das coisas” (Miles, 2012, p. 26). Assim, haveria espaço para propostas de projeto urbano mais conectados à diversidade cultural e às necessidades locais, ambientais, sociais e economicamente sustentáveis e que não tenham como finalidade a mera apropriação dos recursos culturais na lógica neoliberal, mas que busquem a equidade social (Miles, 2012).

Harvey (1996) coloca que as abordagens neoliberais do planejamento urbano (à qual a cidade criativa comumente está alinhada) pode conduzir a um resultado que produza verdadeiro desenvolvimento urbano, ao afirmar que “[...] é uma questão aberta se o empresariamento urbano e a competição interurbana poderá conduzir ou não às transições socialistas e progressistas no futuro” (Harvey, 1996, p. 50).

Essa possibilidade advém de que, a despeito de todas as tentativas de transformar a arte e cultura em produtos a serem vendidos, a criatividade urbana não fica encerrada em locais pré-determinados e, dada a sua natureza, opera de um modo próprio (Vivant, 2012). A fim de explicar como a criatividade se estabelece na cidade, a autora lança mão do conceito de serendipidade, que “expressa o papel do acaso nas descobertas” (Vivant, 2012, p. 82). “A criatividade se alimenta da serendipidade, [...] das associações inéditas e dos encontros fortuitos [...]”, desse modo, “Um cenário formatado e planejado não viabiliza tal espaço do imprevisto” (Vivant, 2012, p. 83-84).

Em resumo, conforme coloca Fernandes (2006), de modo geral, duas relações são possíveis entre cidade e cultura: a de rompimento, pautada em um processo hegemônico de produção do espaço urbano, que entende os atributos culturais da cidade como objetos comercializáveis; e a de promessa, focada nas ações anti-hegemônicas de produção da cidade, estando ligado à premissa do direito à cidade. Essas esferas se mesclam, apresentando-se por vezes superpostas. As promessas vêm do tensionamento constante resultante das dinâmicas urbanas, cabendo destacar a relação de determinados grupos culturais com o território que ocupam e constroem; a ação de comunidades tradicionais frente à discussão da patrimonialização de lugares; e o que a autora chama de “urbanismo móvel”, derivado de atividades comerciais como feiras e similares. Partimos dessa perspectiva para a relação dual entre “cidade e cultura” para “cidade e criatividade”. Pode-se entender que o conceito

de cidade criativa, se até o momento vem sendo utilizado em uma perspectiva mercadológica de cidade, traz em si a possibilidade de um entendimento diferente, “pois a criatividade não se planeja nem se programa [...], ela nasce do atrito entre alteridade e encontros imprevistos” (Vivant, 2012, p. 87). Sendo assim, a relação entre cidade e criatividade poderia oscilar de ruptura (do tecido urbano) à promessa (quanto ao exercício do direito à cidade).

Portanto, quanto ao futuro da cidade criativa, “alcançar um novo horizonte ou o progressivo encurralamento até seu desaparecimento são duas possibilidades plausíveis que serão determinadas com o passar do tempo” (Segovia; Hervé, 2022, p. 12). Nesse sentido, passemos a analisar o conceito de cidade criativa no contexto brasileiro.

CIDADE CRIATIVA NO BRASIL: DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A CLUSTERS CRIATIVOS

Percurso da cidade criativa no Brasil

A partir da literatura sobre cidades criativas no Brasil (Reis, 2006; Brasil, 2011; Reis, 2012; Teixeira, 2013; Barreto, 2016; Leitão, 2016; Barreto, 2018), verifica-se que o tema chegou ao país ladeado pelo conceito de economia criativa e posteriormente a ela. O debate sobre economia criativa no Brasil começa nos anos 2000 (Miguez, 2007; Reis, 2008; Barreto, 2016). Em 2011, o Minc criou a Secretaria de Economia Criativa e publicou o Plano da Secretaria da Economia Criativa (Barreto, 2018). Além disso, cabe destacar o surgimento e o progressivo aumento de cursos universitários no Brasil relacionados ao setor cultural (Costa; Pessoa, 2016). Esse panorama indicava o reconhecimento da importância da economia criativa brasileira e a busca do fortalecimento do seu setor criativo (Reis, 2012; Barreto, 2018), mas não prosperaram como esperado. Ademais, em 2016, com a extinção do MinC e o dismantelo das políticas culturais brasileiras, houve enfraquecimento na pauta cultural no geral, incluindo a economia criativa (Rubim, 2017).

Se junto à pasta da cultura o termo “cidade criativa” encontrou dificuldades, ao se pesquisar junto ao Ministério das Cidades, verifica-se que nos seus programas, o termo “cidade criativa” permanece ausente. Ao que parece, a discussão sobre cidade criativa no Governo Federal do Brasil, que inicialmente apareceu sob a esfera do Minc (Reis, 2012; Barreto, 2016), foi levada para o Ministério do Turismo (Mintur) em 2019, quando o Minc foi rebaixado à secretaria do Mintur. Assim, de algum modo, a instabilidade do Minc reflete-se na indefinição sobre o campo da economia criativa e, por conseguinte, do conceito de cidades criativas. Hoje, ele encontra-se difuso nas pastas da cultura e do turismo (Brasil, 2011; Brasil, 2013; Brasil, 2022) e não reflete o conceito e os objetivos da Unesco relativos ao desenvolvimento sustentável.

A disseminação do termo no Brasil ocorreu de forma lenta, sendo apontada a necessidade de adequação ao contexto brasileiro (Barreto, 2018; Emmendoerfer, 2018). Assim, “[...] produziremos não só um conceito diferente, mas a criação de políticas que valorizem a cultura brasileira em seus diversos aspectos e, principalmente, em suas características originárias, que são os povos indígenas e africanos” (Barreto, 2018, p. 32).

A partir dos estudos analisados relativos ao Brasil, verifica-se que, ao tratar de cidades criativas, há três caminhos possíveis para o reconhecimento de uma cidade como criativa. Primeiro, aquele feito pela gestão municipal e usado como propaganda, baseada em critérios relativos ao setor criativo ou não. Ocorre também quando os estudiosos do tema aferem às cidades, considerando o conceito de cidade criativa ou a existência de uma economia criativa forte; ou mesmo pela trajetória da cidade, quanto ao uso dos ativos criativos e culturais da cidade na reestruturação urbana, mesmo que a cidade não se intitule, nem se reconheça como tal. E, por fim, há a atribuição dada pela Unesco, a partir da inserção das cidades na RCCU.

Ao analisar esse conceito no Brasil, sem se circunscrever às cidades que integram a RCCU, Barreto (2018) indica que as cidades criativas brasileiras podem estar ligadas ao:

- Aspecto histórico e patrimonial: apresentam territórios criativos e elementos culturais que podem ser utilizados a favor do turismo, como a cidade de Paraty, com a Feira Internacional de Literatura (FLIP);
- Aspecto econômico: a cidade usa a cultura e a criatividade como ativo econômico. Contudo, quanto aos elementos culturais tradicionais, como dança e música, seria necessária subvenção estatal; já os bens e serviços criativos (como a moda e os jogos eletrônicos) comporiam setores criativos rentáveis;
- Aspecto urbano: relacionado ao que se chama de “planejamentos urbanos criativos”, derivados de ações de transformação urbana, marcada por requalificação de fachadas e ruas, de novas centralidades, ao que se seguem processos de gentrificação (Barreto, 2018).

Isso posto, considera-se que, seja quanto à dimensão conceitual, seja quanto ao objeto de estudo empírico, delinea-se, no Brasil, um campo marcado pela imprecisão e pela confusão de termos e exemplos concretos quanto à cidade criativa.

Cidade criativa no Brasil: conflito e fragmentação

No Plano da Secretaria da Economia Criativa, não há menção ao termo “cidades criativas”, que só aparece em um texto complementar escrito por Fonseca (2011). Ao abordar as metas, o plano refere-se aos territórios criativos, definidos como “bairros, polos produtivos, cidades e bacias criativas”, sobre os quais serão desenvolvidas ações para “potencializar a geração de trabalho, emprego e renda” (Brasil, 2011, p. 42). Já o Plano Nacional de Cultura conceitua território criativo como “bairros, cidades ou regiões que apresentam potenciais culturais criativos capazes de promover o desenvolvimento integral e sustentáveis, aliando preservação e promoção de seus valores culturais e ambientais” (Brasil, 2013, p. 38). Ressalta também que os territórios criativos compreendem as indústrias culturais clássicas (atividades artísticas) e os novos setores (atividades criativas, como propaganda e arquitetura). Por sua vez, Fonseca (2011) aponta que território criativo diz respeito tanto a determinado espaço criativo quanto a uma cidade.

Esse conceito está relacionado a *clusters* criativos, definidos como áreas dentro das cidades, onde ocorre a produção e o consumo dos produtos culturais (Reis, 2011). Esses locais teriam a função de moradia e de espaço de trabalho, estando sempre abertos para o trabalho e o lazer; apresenta um entorno com diversidade cultural local, mas também está conectado ao mundo. Considerando o ciclo econômico da economia criativa, composto de produção, distribuição e consumo, os *clusters* criativos seriam o espaço onde esse fluxo começa a ocorrer de forma mais intensa, proporcionando o estabelecimento de um setor criativo (Reis, 2006). Nesse entendimento, “os *clusters* podem ser entendidos como um primeiro passo rumo ao que os autores caracterizam por cidade criativa” (Teixeira, 2013, p. 37).

Similar ao conceito de *cluster criativo*, aparecem na literatura nacional os distritos criativos, apresentados como “espaços urbanos onde existe uma expressiva concentração de negócios e atividades criativas [...]. A localização de tais distritos normalmente se dá em zonas que antes estavam degradadas ou abandonadas” (Testoni; Wittmann, 2019, p. 21). Esses espaços podem ser espontâneos ou criados; caracterizam-se pelo uso misto para moradia, lazer e trabalho; e têm a diversidade como uma característica fundamental. As autoras indicam a existência de alguns desses espaços no Brasil, como o Distrito C e a Vila Flores, em Porto Alegre (RS); e o Centro Sapiens, em Florianópolis (SC).

No âmbito governamental, a recomposição da pasta cultural e as ações dela derivadas, como a anunciada criação da Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC), podem propiciar a retomada do fomento à economia criativa no Brasil e, conseqüentemente, do avanço quanto às cidades criativas, via pasta da cultura (Brasil, 2024). Por outro lado, junto ao Mintur observa-se atualmente o incentivo à inserção das cidades na RCCU, tendo sido criada em 2023 a Rede Brasileira de Cidades Criativas (RBCC) (Brasil, 2022).

Hoje, o Brasil é o terceiro país com mais cidades criativas (Brasil, 2023), sendo a inserção na rede uma das metas do Plano Nacional de Cultura. Entretanto, cumpre destacar que “[...] é possível perceber que a condução de algumas cidades criativas brasileiras está viabilizando ações reducionistas, priorizando a dimensão econômica em vez de uma abordagem amplificada e multidimensional da criatividade, ou seja, desvirtuando-se dos seus propósitos de tornar-se uma cidade criativa” (Silva; Muzzio, 2023, p. 214).

Esse e outros estudos realizados sobre as cidades brasileiras integrantes da RCCU concluem que elas apresentam efeitos negativos, tais como: não respeitar a identidade cultural local; promover a gentrificação; haver falhas em implementar uma boa governança; e não atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável preconizados pela Unesco (Cardoso *et al.*, 2016; Barreto, 2018; Pinheiro; Ipiranga; Lopes, 2023; Siqueira; Lucas, 2023).

Esses impactos repercutem, em última instância, nos sujeitos e grupos criativos. Isso porque a criatividade urbana se alimenta dos aspectos intangíveis urbanos, como práticas culturais, manifestações artísticas e estilo de vida. E é o sujeito criativo quem desenvolve um papel fundamental para o ambiente criativo dos espaços

urbanos, pois é ele quem “através do seu próprio corpo, revitaliza os bairros e a economia local [...] Um corpo que se *clusteriza* em determinados centros urbanos e que, justamente, por conta disso, e sem saber bem disso, aciona processos de gentrificação, exclusão e higienização” (Barreto, 2018, p. 33).

Esse processo não ocorre de forma pacífica e o discurso de cidade criativa não consegue se impor de forma homogênea: o embate entre os agentes urbanos (promotores imobiliários, proprietários fundiários, Estado, grupos de artistas, cidadãos) vem ocorrendo (Cardoso *et al.*, 2016; Barreto, 2018; Pinheiro; Ipiranga; Lopes, 2023). Os estudos frequentemente apontam as tensões advindas da implementação da cidade criativa. Verifica-se ainda que esses conflitos advêm da oposição entre duas facetas de cidades criativas, presentes de forma ainda mais clara nas cidades brasileiras: uma almejada e planejada pelas empresas e pelo setor público, resultado de altos investimentos financeiros e grandes projetos; e outra espontânea, composta dos sujeitos criativos da cidade e decorrentes de suas microações.

Desse modo, é possível compreender a decisão do Minc em trabalhar com a ideia de territórios criativos, bem como conceitos como *clusters* ou distritos criativos. Em se tratando de um conceito que não é uniforme, a seleção de elementos a serem aplicados é esperada. Portanto, no Brasil, uma vez constatada a impossibilidade de adoção da ideia de cidade criativa como um todo, cria-se uma versão brasileira da cidade criativa, que será marcada pela desigualdade urbana, social e econômica. Assim, para um país com profundos conflitos econômicos e sociais, a distância entre o conceito e sua aplicação será ainda maior do que ocorre na Europa e na América do Norte, sendo a escolha do que será implementado ou descartado pautado por esse contexto.

Cidade criativa à brasileira

No Brasil, há no momento 14 cidades integrantes da RCCU, sendo seis delas na região Nordeste (Quadro 1).

Quadro 1. Cidades criativas brasileiras na Rede de Cidades Criativas (com destaque para as localizadas no Nordeste do Brasil).

Ano do ingresso na RCCU	Cidade	Área – Cidade criativa
2014	Curitiba (PR)	Design
2014	Florianópolis (SC)	Gastronomia
2015	Santos (SP)	Cinema
2015	Belém (PA)	Gastronomia
2015	Salvador (BA)	Música
2017	Paraty (RJ)	Gastronomia
2017	Brasília (DF)	Design
2017	João Pessoa (PB)	Artesanato e artes populares
2019	Belo Horizonte (MG)	Gastronomia
2019	Fortaleza (CE)	Design
2021	Recife (PE)	Música
2021	Campina Grande (PB)	Artes midiáticas
2023	Penedo (AL)	Cinema
2023	Rio de Janeiro (RJ)	Literatura

Fonte: os autores, a partir de informações do sítio eletrônico da Unesco (2024).

A identificação de algumas ações adotadas pelas cidades criativas brasileiras reforça nosso argumento de que, no Brasil, a apropriação do conceito de cidade criativa se dá pelo recorte e uso de algumas estratégias: realização de eventos (Flip, em Paraty/RJ); implementação de equipamentos culturais (Rio de Janeiro/RJ); criação de distritos criativos (Florianópolis/SC); incremento do turismo baseado nos ativos culturais (Belo Horizonte/MG); e incorporação como política pública de ações espontâneas dos sujeitos criativos e das práticas culturais tradicionais (Belém/PA).

Entretanto, retomando os caminhos possíveis para o futuro do conceito de cidade criativa, seja um novo formato, seja seu desaparecimento (Segovia; Hervé, 2022), as contradições urbanas presentes nas cidades criativas brasileiras muitas vezes estão relacionadas às ações anti-hegemônicas do processo de produção da cidade, mais alinhadas ao direito à cidade (Fernandes, 2006). Por isso mesmo, essas cidades contêm em si o potencial de desenvolvimento de outra proposta de cidade criativa, se não completamente distinta dos modelos de desenvolvimento urbano neoliberal, mas que reconheça essas tensões sociais, incorporando a participação dos movimentos sociais, especialmente dos grupos e dos sujeitos que desenvolvem atividades criativas, e assim possibilitar o desenvolvimento social e urbano sustentável.

Focando nas cidades do nosso recorte espacial (Nordeste brasileiro), procedemos à observação das estratégias indicadas por essas cidades criativas no ato de sua candidatura, como sendo sua contribuição à RCCU (disponíveis no sítio eletrônico da Unesco). Cada cidade indicou entre 4 e 7 metas almejadas, entre elas: criação de espaços culturais ou de serviços criativos; realização de mostras, feiras e eventos internacionais para cidades integrantes da RCCU; desenvolvimento de estratégias de fortalecimento da RCCU; proposição de ações relacionadas ao planejamento urbano; e realização de diagnósticos para mapeamento da criatividade local.

Após essa primeira análise, focamos nas propostas que podem contribuir para a implantação de uma cidade criativa que reconheça os movimentos sociais e que utilize a economia criativa e suas redes de modo a promover o desenvolvimento social. Assim, buscou-se identificar as propostas que tivessem por objetivo final: a criação e o fortalecimento de sujeitos e grupos criativos; o reconhecimento e a valorização das singularidades locais; ou indicasse como objetivo o desenvolvimento sustentável. Foram identificadas as seguintes proposições:

- Campina Grande/PB: compartilhar novas metodologias para o mapeamento da economia criativa e cartografia das singularidades culturais (Unesco, 2024);
- Fortaleza/CE: compartilhar melhores práticas locais na plataforma web do Programa Fortaleza Criativa (Unesco, 2024);
- João Pessoa/PB: criar um Laboratório de Design e Inovação para Artesanato e Pequenas Empresas, para fornecer assistência técnica para comunidades e grupos artísticos; mapear singularidades culturais por meio de pesquisa, cuja metodologia e resultados serão compartilhados com outras cidades da RCCU; gerar empregos para os grupos marginalizados e vulneráveis do mercado do artesanato por meio da Fábrica de Artesanato Social; implementar um projeto transversal para promover a gastronomia, o *design* e o artesanato tradicionais (Unesco, 2024);

- Penedo/AL: promover e apoiar artistas locais e criadores de filmes; dar suporte à cultura por meio de políticas públicas, reforçando o engajamento e mobilizando atores locais, conforme a declaração MONDIACULT 2022 (Unesco, 2024);
- Recife/PE: nos planos a longo prazo, destacar a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável; promover capacitação profissional para aprimorar a produção, a distribuição e a difusão das manifestações culturais, especialmente para os profissionais de comunidades marginalizadas; incentivar o desenvolvimento de atividades urbanas e culturais no centro da cidade, visando ao acesso e à participação na vida cultural local (Unesco, 2024);
- Salvador/BA: criar o Museu da Música, que mostra a diversidade da música brasileira, sendo um espaço aberto para os músicos profissionais; promover o acesso e a participação na vida cultural e a coesão social, apoiando eventos musicais realizados em espaços públicos por meio da cooperação público-privada; incentivar a mobilidade de artistas dentro da RCCU, com programas de capacitação e artistas residentes (Unesco, 2024).

Analisando as propostas das cidades nordestinas integrantes da RCCU, identificou-se que todas as cidades propuseram estratégias que têm por objetivo final o fortalecimento de sujeitos e grupos criativos, das singularidades locais e o desenvolvimento sustentável. Algumas delas, como Campina Grande, Fortaleza e Penedo, de forma mais tímida, com uma ou duas propostas; e outras, como João Pessoa, Recife e Salvador, de forma mais ampla, presente na maioria de suas propostas. Isso aponta para a possibilidade de um novo desenho da cidade criativa, em que, paralelamente a grandes projetos culturais e urbanos, com alto valor econômico, tenham lugar o apoio e a valorização das microações cotidianas dos sujeitos e grupos criativos, relacionados à serendipidade urbana. Desse modo, acredita-se haver condições para que a criatividade urbana seja efetivamente reconhecida como estratégia de desenvolvimento sustentável, conforme apontado pela Unesco (Unesco, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, quando formulado pelos seus precursores (Landry; Bianchini, 1995; Florida [2002]; 2011), o conceito estava intimamente ligado à estratégia de tornar uma cidade atrativa para a classe criativa, por meio da criação de um espaço urbano atrativo, diverso e criativo. A aplicação dessa ideia em diversas cidades ao redor do mundo esteve, na maior parte das vezes, alinhada ao pensamento de desenvolvimento urbano neoliberal, em vez de políticas voltadas ao apoio de atividades criativas e artísticas (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017). Assim, os autores estabeleceram parâmetros, ações e estratégias para tornar uma cidade criativa. Além disso, a apropriação do termo pela Unesco e outras agências internacionais remodelou o conceito para uma definição mais objetiva e alinhada ao desenvolvimento sustentável, possibilitando sua disseminação pelo mundo (Unesco, 2020; Couto, 2023).

O que se verifica atualmente é que, a despeito do profícuo debate acadêmico e dos impactos sofridos pela população, esse modelo de cidade criativa tem garantido sua permanência após mais de duas décadas (Duxbury *et al.*, 2012; Grodach, 2017; Pratt, 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1). Desse modo, se há aqueles que apontam os problemas da cidade criativa, como promover a gentrificação e ignorar a pobreza e a desigualdade urbanas (Peck, 2005; Scott, 2006), há outros que apontam que o termo traz a possibilidade de outra abordagem sobre arte e cultura na cidade, na qual a produção artística e do cotidiano estabeleçam outras bases de existência (Miles, 2012; Vivant, 2012; Grodach; 2017; Matovic; Del Valle, 2020/1; Segovia; Hervé, 2022).

Em se tratando do contexto brasileiro, os estudos indicam para uma versão extremamente recortada do conceito de cidade criativa. Contudo, as cidades nordestinas integrantes da RCCU apontam como estratégias para a implementação de cidade criativa diversas ações que levam em consideração os grupos sociais do setor criativo e que visam à promoção do desenvolvimento social. Essas propostas, se implementadas, podem contribuir para delinear um conceito de cidade criativa mais inclusivo, com respeito aos movimentos sociais, que viabilize a organização em redes e que, então, possa conduzir ao desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-74.
- BARRETO, Luisa Marques. **O avesso da cidade criativa e a emergência de ações coordenadas como novos modos de comunicação urbana**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BARRETO, Luisa Marques. Quando o prédio virou torre, o comércio virou *mall*, a cidade virou criativa. *Revista Ecológica*, São Paulo, n. 20, p. 2-36, jan./abr., 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **MinC recebe contribuições da sociedade para a elaboração da Política Nacional de Economia Criativa**. Brasília: Ministério da Cultura, 2024.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. 1. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. Plano Nacional de Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/IIICN/Cultura/metaspdo-plano-nacional-de-cultura.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria MTUR nº 55**, de 12 de dezembro de 2022. Institui a Rede Brasileira de Cidades Criativas - RBCC, no âmbito do Ministério do Turismo. Brasília, 2022.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Rio de Janeiro (RJ) e Penedo (AL) são as cidades brasileiras selecionadas para concorrer à Rede de Cidades Criativas da Unesco**. Brasília: Ministério do Turismo, 2023.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; GOMES, Taynara do Vale; MELO, Ana Carolina Campos de; BIBAS, Luna Barros. Quando o projeto disfarça o plano: concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA). *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 37, p. 823-844, set. 2016. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3710>
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO - UNCTAD. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma opção de desenvolvimento**. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 08 out. 2022.

- COSTA, Andréa V. F.; PESSOA, Nara da Cunha. Formação acadêmica em Produção Cultural: a experiência do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. *In*: COSTA, Leonardo Figueiro; MELLO, Ugo Barbosa de. **Formação em organização da cultura no Brasil: experiências e reflexões**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016.
- COUTO, Bruno Gontyjo do. Cidades criativas e a agenda internacional das políticas turístico-culturais de renovação urbana. **Cadernos Metrôpole**, v. 25, n. 57, p. 397-417, 2023. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5702>
- DUXBURY, Nancy; FORTUNA, Carlos; BANDEIRINHA, José Antônio; PEIXOTO, Paulo. Em torno da cidade criativa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 99, p. 05-08, 2012. <https://doi.org/10.4000/rccs.5089>
- EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Territórios criativos como objeto de políticas públicas no contexto brasileiro. *In*: ASHTON, Mary Sandra Guerra (org.). **Cidades criativas: vocação e conhecimento**. Novo Hamburgo: Feevale, 2018.
- EVANS, Graeme; FOORD, Jo; GERTLER, Meric C.; TESOLIN, Lori; WEINSTOCK, Sarah. **Strategies for Creative Spaces and Cities: Lessons Learned**. London: London Development Agency, 2006.
- FERNANDES, Ana. Cidades e cultura: rompimento e promessa. *In*: JEUDY, Henry Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (eds.). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.
- FONSECA, Ana Carla. Economia Criativa: um novo olhar sobre o que faz a diferença. *In*: Brasil. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria de Economia Criativa: Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. 1. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- GRODACH, Carl. Urban cultural policy and creative city making. **Cities**, v. 68, p. 82–91, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.05.015>
- HARTLEY, John; POTTS, Jason; MACDONALD, Trent; ERKUNT, Chris; KUFLEITNER, Carl. The CCI Creative City Index 2012 - Final Report. **Cultural Science Journal**, v. 5, n. 1, jan. 2012.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento. **Espaço e Debates**, v. 39, p. 48-64, 1996.
- LANDRY, Charles. **Making the most of Glasgow's cultural assets: the creative city and its cultural economy**. Glasgow, 1991.
- LANDRY, Charles. **The creative city: A toolkit for urban innovators**. London: Earthscan, 2000.
- LANDRY, Charles. **The creative city index: measuring the pulse of the city**. London: Bournes Green/Comedia, 2012a.
- LANDRY, Charles. **The origins and the future of the creative city**. London: Comedia, 2012b.
- LANDRY, Charles; BIANCHINI, Franco. **The creative city**. London: Demos, 1995.
- LANDRY, Charles; HYAMS, Jonathan. **The creative city index: measuring the pulse of the city**. London: Bournes Green/Comedia, 2012.
- LEITÃO, Claudia Sousa. O destino das cidades ou as cidades como destino: Uma reflexão sobre cidades criativas a partir de políticas públicas culturais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, 2016.
- MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MATOVIC, Milica; DEL VALLE, Roberto San Salvador. On the creative city concept. **Journal of Cultural Management and Cultural Policy**, p. 35-52, 2020/1. <https://doi.org/10.14361/zkmm-2020-0103>
- MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. *In*: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/139/4/Teorias%20e%20políticas%20da%20cultura.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

- MILES, Malcom. Uma cidade pós-criativa? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 99, p. 9-30, 2012. <https://doi.org/10.4000/rccs.5091>
- MONTALTO, Valentina; ALBERTI, Valentina; PANELLA, Francesco; SACCO, Pier Luigi. Are cultural cities always creative? An empirical analysis of culture-led development in 190 European cities. **Habitat International**, v. 132, 102739, fev. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2022.102739>
- O'CONNOR, Justin; SHAW, Kate. What next for the creative city?. **City, Culture and Society**, v. 5, n. 3, p. 165-170, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2014.05.010>
- PECK, Jamie. Struggling with the Creative Class. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 29, n. 4, p. 740-770, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2005.00620.x>
- PINHEIRO, Vanessa Pereira; IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha; LOPES, Luma Louise Sousa. A economia criativa enquanto prática de espaço no contexto das cidades criativas do sul global: o caso do Poço da Draga. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 6, p. e2023-0416, 2023. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220416>
- PRATT, Andy C. New horizons for culture, creativity and cities. **City, Culture and Society**, v. 8, p. 1-2, 1 mar. 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2017.01.002>
- RATIU, Dan Eugen. Creative cities and/or sustainable cities: Discourses and practices. **City, Culture and Society**, v. 4, n. 3, p. 125-135, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2013.04.002>
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-08042013-091615/pt-br.php>. Acesso em: 23 nov. 2022.
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da Cultura**. São Paulo: Manole, 2006.
- REIS, Ana Carla Fonseca. Introdução. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. (orgs.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. Disponível em: https://garimposolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.
- REIS, Ana Carla Fonseca. Transformando a criatividade brasileira em recurso econômico. In: REIS, Ana Carla Fonseca (org.) **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- REIS, Ana Carla Fonseca; URANI, André. Cidades criativas - perspectivas brasileiras. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter (org.). **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. Disponível em: https://garimposolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. **MATRIZES**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 57-77, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i2p57-77>.
- SCOTT, Allen J. Creative cities: conceptual issues and policy questions. **Journal of Urban Affairs**, v. 28, n. 1, p. 1-17, 2006. ISSN: 0735-2166
- SEGOVIA, Chema; HERVÉ, Julie. The creative city approach: origins, construction and prospects in a scenario of transition. **City, Territory and Architecture**, v. 9, n. 29, 2022.
- SELDIN, Cláudia. A “cidade criativa” como um novo paradigma nas políticas urbano-culturais. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 7, 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313338438_A_'Cidade_Criativa'_Como_um_Novo_Paradigma_nas_Políticas_Urbano-Culturais_The_'Creative_City'_as_a_New_Paradigm_in_Urban-Cultural_Policies. Acesso em: 30 nov. 2022.
- SILVA, Andréa Pereira da.; MUZZIO, Henrique. Uma cidade criativa para potencializar o desenvolvimento local sustentável. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 29, n. 1, p. 200-223, 2023.
- SIQUEIRA, Marina Toneli; LUCAS, Aleph Tonera. Nem tudo o que reluz é ouro: Florianópolis e o urbanismo competitivo. **Cadernos MetrÓpole**, v. 25, n. 57, p. 419-442, 2023. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5703>

TEIXEIRA, Amanda Wanis. **Cidades criativas**: a construção de um ideário e sua influência na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

TESTONI, Beatriz Maria Vicente; WITTMANN, Tatiana. Distritos criativos ganham espaço no Brasil e no exterior. **Via Revista** – Cidades Criativas. 6. ed, ano 4, n. 6, abr. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **55 novas cidades passam a fazer parte da Rede de Cidades Criativas da UNESCO no Dia Mundial das Cidades**. Paris: Unesco, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/55-novas-cidades-passam-fazer-parte-da-rede-de-cidades-criativas-da-unesco-no-dia-mundial-das>. Acesso em: 09 maio 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **Creative Cities Network**. Paris: Unesco, 2024. Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities>. Acesso em: 09 jun. 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **UNESCO Creative Cities Network for sustainable development**. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375210>. Acesso em: 20 nov. 2022.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO; WORLD BANK. **Cities, culture e creativity: leveraging culture and creativity for sustainable urban development and inclusive growth**. Paris: Unesco, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377427>. Acesso em: 19 nov. 2021.

VIVANT, Elsa. **O que é uma cidade criativa?** São Paulo: SENAC SP, 2012.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Sobre os autores

Andréa Virgínia Freire Costa: Doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

José Clewton do Nascimento: Doutor pela Universidade Federal da Bahia.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento**: nenhuma.

Contribuições dos autores: Costa, A. V. F.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Administração do Projeto, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Nascimento, J. C.: Metodologia, Supervisão, Validação, Visualização, Administração do Projeto, Escrita – Revisão e Edição.

